



AMAURI SEGALLA

MERCADO S/A

amaurisegalla@diariosassociados.com.br

6 O BRASIL É UM CELEIRO DE OPORTUNIDADES PARA DIVERSOS RAMOS DE NEGÓCIOS. SE A POLÍTICA NÃO ATRAPALHAR, O PAÍS SEGUIRÁ EM FRENTE

Supermercados planejam abertura agressiva de lojas

O setor de supermercados deverá ter longa avenida de crescimento nos próximos anos. Essa é a avaliação da corretora XP, que considera que os ventos favoráveis chegarão a todos os segmentos, dos atacadistas aos varejistas. Um caso interessante é o atacarejo Assaí, dono de 184 lojas espalhadas por 23 estados. A rede abre, em média, 18 unidades por ano, mas o ritmo ganhará velocidade. Até 2025, a meta é inaugurar, ao menos, 103 estabelecimentos. O GPA (Grupo Pão de Açúcar) também tem planos

ambiciosos para o futuro, com a construção de 190 lojas em um período de cinco anos. Com isso, a companhia deverá superar a marca simbólica de mil endereços no país (serão 1.060). Para a XP, a recuperação dos níveis de emprego e a consequente melhoria de renda dos brasileiros terão forte impacto no setor. O Brasil, como se vê, é um celeiro de oportunidades para diversos ramos de negócios. Se a política não atrapalhar, o país seguirá em frente.

Reprodução/mercadoconsumo



Gerson Lima/Divulgação

A prova de fogo do Madero

A rede de hambúrgueres Madero tem um problema urgente a resolver: o pagamento de dívidas de curto prazo. Dos R\$ 2,4 bilhões que deve na praça, um terço vence em 12 meses. A única saída parece ser mesmo a abertura de capital, planejada para ocorrer ainda em 2021. Resta saber se os investidores darão voto de confiança para um grupo com pendências bilionárias e alto risco político. Seu dono, Junior Durski, é apoiador incondicional do presidente Bolsonaro e já fez ataques ao STF e ao Congresso.

Comércio eletrônico perde força em maio

O e-commerce brasileiro decepcionou em maio. Mesmo com o Dia das Mães, uma das datas mais importantes do comércio, as vendas on-line subiram apenas 0,10% em relação a abril, segundo pesquisa do Movimento Compre & Confiar, em parceria com a camara-e.net. No acumulado do ano, o desempenho é positivo: 14,07%. O segmento de materiais para escritório, informática e comunicação liderou as transações (43,2% do total), seguido por móveis e eletrodomésticos (27,3%) e vestuário e calçados (10,3%)

José Cruz/Agência Brasil - 11/7/19

“É um projeto totalmente inoportuno para que o país retome o crescimento, já que lança um ônus enorme sobre as empresas. É claramente resultado de um discurso populista, de aumentar a faixa de isenção, mas, em compensação, faz com que contribuintes que não têm nada de ricos acabem pagando a conta”

Marcos Cintra, ex-secretário da Receita do governo Bolsonaro, sobre a proposta da reforma tributária



R\$ 2 bilhões

é quanto a Votorantim Energia, controlada pela holding da família Ermírio de Moraes, vai investir na construção de dez parques eólicos no Brasil até 2022

RAPIDINHAS

- Dispositivos móveis como smartphones e tablets são os aparelhos preferidos dos brasileiros para jogar. É isso o que mostra levantamento feito com 96 mil pessoas pela Tim Ads, plataforma que premia clientes que participam de pesquisas on-line. Segundo o estudo, 57% dos gamers optam por esses dispositivos. Apenas 9% usam o computador.

- A gasolina está cara, certo? Não para a Ativa Investimentos. Segundo a corretora, o preço do combustível está 20% defasado no Brasil em relação ao mercado internacional. Para a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), a defasagem média é de 11% no valor da gasolina e de 6% no preço do diesel.

- A inflação dos carros zero quilômetro atingiu níveis alarmantes. Segundo estudo da consultoria Kelley Blue Book Brasil, a média de reajuste dos 10 automóveis mais baratos do país foi de 11% em seis meses. Em alguns casos, as variações aceleraram mais. É o caso do Fiat Argo 1.0, que subiu 20,2% desde janeiro. O Fiat Mobi ficou 15,8% mais caro.

- O aumento expressivo do consumo de vinhos no Brasil levou a Grand Cru, maior importadora da bebida na América Latina, a alcançar uma marca importante: a inauguração de sua centésima loja no país. Ela foi aberta em Balneário Camboriú (SC). A empresa espera fechar 2021 com 40 novos endereços.

TVs por assinatura encolhem no país

As TVs por assinatura estão em queda livre no Brasil. De janeiro a abril, 508,5 mil contratos foram cancelados — é praticamente o dobro das perdas registradas no mesmo período do ano passado. Em abril, contavam-se 14,1 milhões de usuários no

país, a marca mais baixa desde agosto de 2012. Em janeiro de 2020, antes da pandemia, eram 15,6 milhões. Todos os dados são da Anatel. A crise econômica, o avanço dos serviços de streaming e até a pirataria são fatores que ameaçam o setor.

PREVIDÊNCIA / INSS deverá montar projeto piloto para possibilitar que a avaliação social necessária para a concessão do Benefício de Prestação Continuada a pessoas com deficiência seja feita por canais remotos. Determinação é do Tribunal de Contas da União

Avaliação remota para BPC

» VERA BATISTA
» FERNANDA STRICKLAND*

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em 15 dias, em caráter piloto, autorize a realização de procedimentos por canais remotos para avaliação social, exigidos para a concessão do Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC) a pessoas com deficiência. A decisão é de 23 de junho, e o processo teve como relator o ministro Bruno Dantas. A dúvida, no entanto, é se o INSS está preparado para adotar a nova sistemática e se o auxílio vai chegar à ponta, uma vez que as pessoas inscritas no BPC, muitas em situação de miséria, não têm telefone ou acesso à internet.

Por meio de nota, o INSS informou que se prepara para iniciar a avaliação social remota, que deve começar “a implementar no dia 6 de julho”. A autarquia, porém, ainda não tem os detalhes de como funcionará o sistema. “O órgão está definindo como será feito o procedimento”, aponta a nota. De acordo com o advogado Diego Cherulli, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), “a decisão do TCU é justa, mas veio atrasada”.

“Não adianta exigir que o INSS use canais remotos se os cidadãos não têm acesso às tecnologias”, disse Cherulli. Ele reiterou que ainda é “um mistério” o que o INSS efetivamente vai fazer, mas como a “análise social para o BPC é praticamente uma declaração do cidadão, não há visitas locais nem maiores diligências, ela poderia, assim, ser feita por telefone ou ligação de vídeo”, reforçou.

Para ter direito ao BPC, esclareceu Cherulli, a pessoa deve ter renda de até um quarto do salário mínimo (R\$ 275). Lei recente, que ainda precisa ser regulamentada, elevou o valor para até meio salário mínimo por pessoa na casa (R\$ 550).

João Badari, especialista em direito previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados, lembrou que, durante a pandemia, o INSS se estruturou para fazer de forma remota os benefícios por incapacidade. “E deu certo. Agora, com o tempo, vai ter que se adequar às necessidades do BPC. O INSS, sem dúvida, está preparado. Porém não se pode garantir que o cidadão consiga atender aos requisitos”, disse.

O especialista em direito previdenciário Karlos Gomes, do Karlos Gad Advocacia, explicou que, para ter direito ao BPC, é preciso ter mais de 65 anos ou deficiência física, mental, intelectual ou motora, desde que a limitação impeça o beneficiário de gozar de uma vida plena em sociedade. “E não basta preencher tais requisitos, também é necessário não estar recebendo outro benefício”, observou.

Prazo

Com as novas regras para o INSS, o prazo para concessão do BPC é de 90 dias. “Caso o requerente se sinta prejudicado, deve procurar um especialista para ver a possibilidade de ajuizamento de uma ação judicial para o recebimento após o prazo legal”, explica Karlos Gomes.

Sandro Lucena Rosa, especialista em direito previdenciário e membro da Comissão de Direito Previdenciário da OAB/GO ressaltou que também “deve ser comprovada a situação de pobreza ou necessidade”. Ele reiterou que, desde 2016, o INSS também exige que as pessoas se inscrevam no CadÚnico. “Por isso, é sempre bom manter o cadastro atualizado. Ele pode ser feito nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras)”, ressaltou.

*Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

Tailana Galvão/Esp. CB/D/A Press - 3/2/20



Autarquia deve começar a implantar o sistema nesta semana, mas um dos obstáculos é a dificuldade dos segurados para ter acesso à internet

Beneficiários se queixam da demora

Nas redes sociais, várias pessoas reclamam da demora para marcar a perícia no INSS, e muitas estão com medo de não conseguir e ter o BPC cancelado. É o caso de uma beneficiária do Rio de Janeiro, mãe de três filhos, um deles, com autismo, que não quis se identificar. Ela explicou que passa por dificuldade e já está há dois anos e três meses na fila. “Eu preciso muito fazer essa perícia. Sem o auxílio, vamos passar por mais dificuldade ainda”, lamentou.

“Na minha opinião, o INSS precisa atualizar o atendimento. Conheço uma pessoa que até conseguiu fazer a perícia social, mas está esperando há 11 meses. Outra entrou na Justiça. Acho

péssimo o aplicativo, tive uma amiga que foi deferida e nem sabe o motivo. Teve que buscar um advogado”, afirmou a mãe do rapaz autista.

Luciene Leite, 42 anos, aposentada, teve paralisia infantil quando ainda era um bebê, afirma que, durante a pandemia, o processo de perícias ficou mais lento que o normal. “De 2018 a 2020, fiquei um tempo sem receber o benefício, devido a uma cirurgia que tive que fazer no pé. No ano passado voltei a receber, mas preciso de uma nova perícia social, e já estou há dois meses esperando”. A aposentada declara que “não gosta do sistema do INSS”. “Acho uma bagunça e difícil de entender”, reforçou.

Para Viviane Peres, diretora da Federação Nacional dos Trabalhadores em Saúde, Previdência e Assistência Social (Fenasps), a teleavaliação não resolve os processos represados, porque apenas 16% dos BPCs aguardam análise social. Os demais dependem da análise do requerimento ou avaliação médica. “Todos os argumentos para necessidade de teleavaliação social, atribuindo a essa etapa a ‘culpa’ do represamento, são uma falácia. O represamento dos BPCs não ocorre na pandemia, mas se aprofundou com as plataformas e a transformação digital”, disse. Segundo ela, no início da contaminação pelo coronavírus, havia mais de 500 mil processos na fila. (VB e FS)